




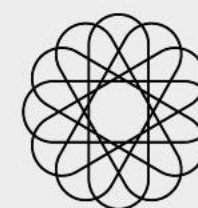
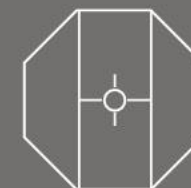
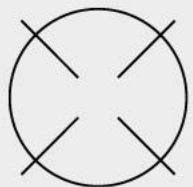
SEGURANÇA JURÍDICA E AS DECISÕES DO STF EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Alexandre Rossato da Silva Avila
Juiz Federal convocado no TRF4
[@alexandrrossatoavila](#)



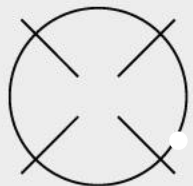
Tema 985 STF

- É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias.

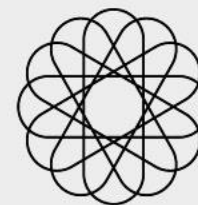
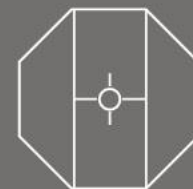




Tema 985 STF



• AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRADO. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DE RECURSO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. PRECEDENTES. MULTA APLICADA NO PERCENTUAL DE 1%, CONFORME ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRADO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO (AG. REG. NO RE COM AGRADO nº 994.469/MG, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgamento 24/03/2017).



Tema 985 STF

- A Primeira Seção do TRF4 decidiu que em prestígio à segurança jurídica, à proteção da confiança, à isonomia e à previsibilidade das decisões judiciais, é de ser deferida a pretensão de sobrestamento do feito até que sobrevenha o julgamento, pelo STF, dos embargos de declaração no RE nº 1.072.485 (Tema 985/STF), com pedido de modulação dos efeitos (TRF4, Primeira Seção, 50007059720114047203)

Tema 906 STF

- O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 946648/SC (tema 906), firmou tese no sentido de que "É constitucional a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno".
3. Ação rescisória julgada procedente para adequar o acórdão deste Tribunal à orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal.
- [5041798-66.2021.4.04.0000](#) – Des. Federal Leandro Paulsen